ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO DA SEGUNDA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos 30 (trinta) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, no Plenário das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, sob a Presidência do **Excelentíssimo Senhor Presidente da 2ª Câmara, Conselheiro Anselmo Roberto de Almeida Brito**, reuniram-se os senhores Conselheiros: **Conselheira Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque, Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante (convidado) e Conselheira Renata Pereira Pires Calheiros**. O Ministério Público de Contas esteve presente representado pela **Procuradora Stella Barros de Lima Mero Cavalcante**. Havendo número para deliberar, o Excelentíssimo Senhor Presidente, declarou em nome de Deus aberta a sessão solicitando a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada. Na hora do expediente, a Presidência franqueou a palavra, não tendo quem quisesse fazer uso desta. Nesse momento, a Presidência informou que faria uso da inversão de pauta, ante a presença do Conselheiro Rodrigo Siqueira, relator originário de 06 dos processos de sua pauta para a presente sessão. Dada a palavra ao Conselheiro convocado, foi discutido o tema da competência da Câmara para devolução de voto-vista quando há mudança de composição do órgão colegiado, de modo que, após discutido o tema e ouvidos os Conselheiros presentes, bem como o Ministério Público, restou deliberado que os processos seriam afetados ao Pleno para fixar entendimento. Assim, o Conselheiro Rodrigo Siqueira deixa o Plenário e a Presidência dá seguimento a sessão, com a ordem do dia. **Relatora Conselheira Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque:** TC-1288/2012, entre outros relativos a aposentadoria, totalizando 12 processos, dos quais o Conselheiro Anselmo Brito, quais sejam, TC-1288/2012, TC-1675/2019, TC-3775/2016, TC-6385/2009, TC-7578/2018, TC-7978/2010, TC-9358/2012, TC-9455/2011, TC-9565/2017, TC-10268/2016, TC-12855/2016 e TC-15188/2016; TC-9567/2017, aposentadoria; TC-9859/2013, aposentadoria e TC-15163/2016, aposentadoria, aprovados acórdãos 652 a 654. **Relatora Conselheira Renata Pereira Pires Calheiros:** TC-2867/2012, entre outros referentes a aposentadoria, totalizando 100 processos, aprovados acórdãos 655 a 754. Nesse momento, o Excelentíssimo Senhor Presidente registra a ocorrência de aparente erro no sistema que tem pautado processo em duplicidade, de modo que processos já deliberados têm sido deliberado novamente, como exemplo nesta sessão, do processo TC-2867/2012, que já teria sido deliberado na sessão do dia 26/07/2023, de modo que, em se confirmando tal fato, nesta sessão a Conselheira Renata Calheiros, estaria julgando nesta sessão apenas 99 processos. Em seguida, a Presidência dá seguimento a ordem do dia. **Relator Conselheiro Presidente Anselmo Roberto de Almeida Brito:** TC-2401/2004, devolução de voto-vista de Relatoria originária do Conselheiro Rodrigo Siqueira, a serem afetados ao Pleno; TC-1105/2017, retirado de pauta ante a ausência do Relator originário, Conselheiro Substituto Alberto Pires Alves de Abreu e TC-666/2014, entre outros que tratam de aposentadoria, totalizando 19 processos, aprovados acórdãos 755 a 773. Encerrada a pauta do dia, a Presidência consigna que 03 (três) processos de sua Relatoria, a saber, TC-5569/2019, TC-8880/2019 e TC-15940 com acórdãos 454/23, 457/23 e 471/23, respectivamente, foram relatados em duplicidade nas sessões de 26/07/2023 e 02/08/2023. Informa que, embora tenha recebido os números novos dos acórdãos em decorrência da sessão de 02/08/23, uma vez identificado o equívoco, tais acórdãos não foram publicados. Registra, ainda, o processo TC-15363/2018, que fora relatado na 2ª Câmara no dia 26/07/2023 e fora pautado novamente para o Pleno, com publicação em 24/07/2023, bem como que ocorre de processos que são de sua Relatoria e se encontram distribuídos para outros Conselheiros. Por fim, registra ainda que há muitos processos físicos que para entrar no sistema precisam ser migrados e que, por cautela, seu gabinete não fizera a migração em massa dos processos, uma vez

que o controle era feito de forma manual e por livro de protocolo, de modo que a baixa é feita aos poucos, a fim de evitar possíveis erros. Em seguida, não havendo mais processos a relatar, nem quem quisesse fazer uso da palavra, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente, encerrou a sessão, convocado a todos para a próxima em horário regimental.